

ÍNDICE

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	6
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS	9
1 . CONTEXTO OPERACIONAL.....	9
2 . BASE DE PREPARAÇÃO.....	9
3 . CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	10
4 . CONSUMIDORES E REVENDEDORES.....	11
5 . TRIBUTOS COMPENSÁVEIS E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR.....	11
6 . IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS	12
7 . DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS.....	13
8 . ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO	13
9 . INTANGÍVEL	14
10 . FORNECEDORES	15
11 . IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	15
12 . EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	16
13 . ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	18
14 . OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	18
15 . PROVISÕES.....	20
16 . PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22
17 . RECEITA.....	23
18 . CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	24
19 . RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO.....	26
20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	26
21 . INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	28
22. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO	35
23 . DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DVA.....	36
24 . EVENTOS SUBSEQUENTES	37
DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO	38
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS	44

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ATIVO (Em milhares de reais)

	Nota	31/03/2011	31/12/2010
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	464.450	503.409
Consumidores e Revendedores	4	1.570.095	1.496.609
Concessionários - Transporte de Energia		279.683	273.948
Tributos Compensáveis	5a	205.671	228.904
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	5b	283.789	245.258
Fundos Vinculados		11.462	14.048
Estoques		22.985	21.318
Contribuição de Iluminação Pública		57.396	52.258
Outros		300.201	282.109
TOTAL DO CIRCULANTE		3.195.732	3.117.861
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6	653.305	637.168
Tributos Compensáveis	5a	102.474	98.718
Depósitos Vinculados a Litígios	7	708.962	641.897
Consumidores e Revendedores	4	13.242	18.491
Créditos com Pessoas Ligadas	20	14.970	14.656
Outros Créditos		33.151	31.464
Ativo Financeiro da Concessão	8	2.386.713	2.387.093
Intangível	9	2.772.309	2.652.214
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		6.685.126	6.481.701
ATIVO TOTAL		9.880.858	9.599.562

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

PASSIVO (Em milhares de reais)

	Nota	31/03/2011	31/12/2010
CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	12	437.249	388.825
Debêntures	12	40.667	21.918
Fornecedores	10	768.362	770.139
Impostos, Taxas e Contribuições	11	294.190	263.385
Imposto de renda e Contribuição Social	11	41.274	-
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		50.823	50.842
Salários e Encargos Sociais		126.902	156.978
Encargos Regulatórios	13	260.810	304.124
Participações nos Lucros		21.208	81.641
Obrigações Pós-Emprego	14	53.165	53.579
Provisão para Perdas - Instrumentos Financeiros	21	78.511	69.271
Outras		215.110	243.826
TOTAL DO CIRCULANTE		2.388.271	2.404.528
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	12	1.813.383	1.831.199
Debêntures	12	823.735	805.053
Provisões	15	40.677	31.749
Obrigações Pós-Emprego	14	1.326.141	1.316.001
Impostos, Taxas e Contribuições	11	567.909	508.473
Imposto de Renda e Contribuição Social	11	247.277	196.123
Encargos Regulatórios	13	131.909	109.066
Outras		21.058	20.471
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		4.972.089	4.818.135
TOTAL DO PASSIVO		7.360.360	7.222.663
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS CONTROLADORES			
Capital Social	16	2.261.998	2.261.998
Reservas de Lucros		114.901	114.901
Lucros Acumulados		143.599	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.520.498	2.376.899
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.880.858	9.599.562

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE 3 MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais, exceto o resultado do período por lote de mil ações)

	Nota	31/03/2011	31/03/2010
RECEITA	17	1.725.681	1.647.021
CUSTOS OPERACIONAIS	18		
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(757.381)	(609.106)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(155.246)	(150.585)
		<u>(912.627)</u>	<u>(759.691)</u>
CUSTO DE OPERAÇÃO			
Pessoal e Administradores		(173.014)	(171.383)
Materiais		(12.120)	(22.019)
Serviços de Terceiros		(127.722)	(99.673)
Amortização		(94.293)	(93.277)
Reversões de Provisões Operacionais		13.381	8.208
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado		(16.710)	(28.279)
Outras		(26.679)	(18.570)
		<u>(437.157)</u>	<u>(424.993)</u>
CUSTO TOTAL		<u>(1.349.784)</u>	<u>(1.184.684)</u>
LUCRO BRUTO		375.897	462.337
DESPESA OPERACIONAL	18		
Despesas com Vendas		(10.509)	(30.171)
Despesas Gerais e Administrativas		(39.641)	(52.797)
Outras Despesas Operacionais		(32.200)	(24.360)
		<u>(82.350)</u>	<u>(107.328)</u>
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	19	293.548	355.009
Receitas Financeiras		85.256	74.558
Despesas Financeiras		(158.913)	(123.472)
Resultado antes dos Impostos		219.891	306.095
Imposto de Renda e Contribuição Social	6b	(60.730)	(34.352)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6b	(15.562)	(89.408)
RESULTADO DO PERÍODO		143.599	182.335
Lucro Básico por ação preferencial e ordinária		0,06348	0,08061
Lucro Diluído por ação preferencial e ordinária		0,06348	0,08061

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	2.261.998	114.901	-	2.376.899
Resultado do Período	-	-	143.599	143.599
SALDOS EM 31 MARÇO DE 2011	2.261.998	114.901	143.599	2.520.498
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	2.261.998	383.126	(550.519)	2.094.605
Resultado do Período	-	-	182.335	182.335
SALDOS EM 31 MARÇO DE 2010	2.261.998	383.126	(368.184)	2.276.940

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE 3 MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2011 E 2010 (Em milhares de Reais)

	31/03/2011	31/03/2010
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Período	143.599	182.335
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Amortização	94.404	93.321
Baixas Líquidas do Intangível	15	278
Juros e Variações Monetárias	16.239	20.805
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15.562	89.408
Provisões para Perdas Operacionais	19.437	15.761
Obrigações Pós-Emprego	45.245	37.909
	334.501	439.817
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores	(83.995)	2.397
Tributos Compensáveis	19.477	18.465
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	(38.531)	(26.164)
Transporte de energia	(5.735)	(6.490)
Depósitos Judiciais	(67.065)	(61.945)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-	(65.191)
Outros	4.365	13.169
	(171.484)	(125.759)
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	(1.777)	10.996
Impostos, Taxas e Contribuições	90.241	144.878
Imposto de Renda e contribuição Social a Pagar	60.729	23.852
Salários e Contribuições Sociais	(30.076)	(19.294)
Encargos do Consumidor a Recolher	(43.314)	(2.918)
Empréstimos e Financiamentos	68.580	48.305
Obrigações Pós-Emprego	(35.519)	(33.740)
Perdas Instrumentos Financeiros	9.240	823
Outros	(89.147)	(60.023)
	28.957	112.879
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	191.974	426.937
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Financiamentos Obtidos	-	15.759
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(16.780)	(29.163)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(19)	-
	(16.799)	(13.404)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(16.799)	(13.404)

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

	31/03/2011	31/03/2010
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Em Ativos Financeiros da Concessão	380	(48.304)
Em Intangível	(214.514)	(137.227)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(214.134)	(185.531)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(38.959)	228.002
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do período	503.409	246.201
No fim do período	464.450	474.203
	<u>(38.959)</u>	<u>228.002</u>

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE 3 MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2011 E 2010

(Em milhares de Reais)

	31/03/2011		31/03/2010	
RECEITAS				
Venda de Energia e Serviços	2.796.799		2.653.688	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(10.509)		(11.825)	
	<u>2.786.290</u>		<u>2.641.863</u>	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(757.381)		(609.106)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(155.246)		(150.585)	
Serviços de Terceiros	(145.190)		(122.311)	
Materiais	(12.355)		(22.035)	
Outros Custos Operacionais	(21.508)		(29.237)	
	<u>(1.091.680)</u>		<u>(933.274)</u>	
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.694.610		1.708.589	
RETENÇÕES				
Amortização	(94.404)		(93.321)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	1.600.206		1.615.268	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas Financeiras	85.257		74.558	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	1.685.463		1.689.826	
<u>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</u>				
		%		%
Empregados	184.187	10,93	205.155	12,14
Remuneração Direta	113.629	6,74	144.205	8,53
Benefícios	57.459	3,41	42.697	2,53
FGTS	10.499	0,62	10.645	0,63
Outros	2.600	0,15	7.608	0,45
Impostos, Taxas e Contribuições	1.184.725	70,29	1.171.491	69,33
Federais	622.295	36,92	632.286	37,42
Estaduais	560.899	33,28	537.838	31,83
Municipais	1.531	0,09	1.367	0,08
Remuneração de Capitais de Terceiros	172.952	10,26	130.845	7,74
Juros	158.914	9,43	123.472	7,31
Aluguéis	14.038	0,83	7.373	0,44
Remuneração de Capital Próprio	143.599	8,52	182.335	10,79
Lucros Retidos	143.599	8,52	182.335	10,79
	<u>1.685.463</u>	<u>100,00</u>	<u>1.689.826</u>	<u>100,00</u>

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2011

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1 . CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia” ou “Cemig Distribuição”) é uma sociedade anônima de capital aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da CEMIG. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 7.063.389 consumidores em 31 de dezembro de 2010.

A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

2 . BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Apresentação das Informações Trimestrais

As Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Estas Informações Trimestrais - ITRs foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais em 31 de dezembro de 2010. Dessa forma, estas ITRs devem ser lidas, em conjunto, com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pela Diretoria Executiva em 16 de março de 2011 e arquivadas na CVM em 29 de março de 2011.

2.2 Reapresentação das Informações Trimestrais

Em função da adoção das novas normas contábeis emitidas pelo CPC em 31 de dezembro de 2010, a Companhia adotou essas novas normas contábeis na Demonstração do Resultado referente ao 1º trimestre de 2010.

Os efeitos no resultado para o 1º trimestre de 2010 decorrentes da adoção das novas normas contábeis são como abaixo demonstrados. Os efeitos dos ajustes, em cada trimestre do exercício de 2010 podem ser verificados nas Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2010.

	1º Trimestre 2010
Resultado do trimestre anteriormente apresentado	82.904
Baixa Taxa Administração - CPC 27 e ICPC 01	(109)
Encargos Capitalizados – CPC 20	2.122
Obrigações pós emprego	(7.924)
Reversão Ativos e Passivos Regulatórios - Estrutura Conceitual	105.342
Efeito da Adoção das Novas Normas Contábeis	99.431
Resultado do Trimestre Ajustado (Reapresentado)	182.335

3 . CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/03/2011	31/12/2010
Contas Bancárias	36.998	47.768
Aplicações Financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários	419.260	452.955
Letras Financeiras do Tesouro	2.314	713
Outras	5.878	1.973
	427.452	455.641
	464.450	503.409

As aplicações financeiras correspondem à operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são da alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os Certificados de Depósito Bancário – CDB, pré ou pós-fixados, são remunerados a um percentual do CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (que variam entre 100% a 110% conforme operação).

A exposição do grupo a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 21.

4 . CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				31/03/2011	31/12/2010
Residencial	461.225	144.126	89.749	695.100	655.288
Industrial	108.284	34.059	272.771	415.114	406.432
Comércio, Serviços e Outras	215.683	44.076	80.864	340.623	328.717
Rural	60.047	16.087	23.215	99.349	99.161
Poder Público	54.715	4.753	33.231	92.699	87.584
Iluminação Pública	47.144	2.460	25.669	75.273	71.583
Serviço Público	42.418	5.628	56.555	104.601	104.132
Subtotal – Consumidores	989.516	251.189	582.054	1.822.759	1.752.897
Suprimento a Outras Concessionárias	-	1.167	879	2.046	917
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	(241.468)	(238.714)
	989.516	252.356	582.933	1.583.337	1.515.100
Ativo Circulante				1.570.095	1.496.609
Ativo Não Circulante				13.242	18.491

A Companhia constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa através de uma análise individual do saldo dos clientes, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais.

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na nota 21.

5 . TRIBUTOS COMPENSÁVEIS E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

a) Tributos Compensáveis	31/03/2010	31/12/2010
Circulante		
ICMS a Recuperar	147.535	145.528
COFINS	46.945	67.748
PASEP	10.186	14.704
Outros	1.005	924
	205.671	228.904
Não Circulante		
ICMS a Recuperar	50.018	46.714
COFINS	43.099	42.728
PASEP	9.357	9.276
	102.474	98.718
	308.145	327.622
b) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	31/03/2010	31/12/2010
Circulante		
Imposto de Renda	194.375	160.684
Contribuição Social	89.414	84.574
	283.789	245.258

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações em 2011

que serão compensadas com Tributos Federais a pagar apurados para o ano de 2011, registrados na rubrica de impostos e contribuições.

Os créditos de ICMS a recuperar, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para curto prazo foi feita de acordo com a previsão de realização até março de 2012.

Os créditos de PASEP/COFINS a recuperar Não Circulante, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses.

6 . IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:

A Companhia possui créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	31/03/2010	31/12/2010
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias		
Obrigações Pós-Emprego	255.991	252.376
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	89.960	89.023
Provisões	13.830	10.795
Instrumentos Financeiros	33.043	33.043
Tributos com Exigibilidade Suspensa	135.242	122.309
Ativos Regulatórios - CVA	-	6.541
Taxa de Administração	9.094	9.150
Variação Cambial	89.594	89.372
Outros	26.551	24.559
	653.305	637.168

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 28 de março de 2011, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças e de Relações com Investidores da Cemig Distribuição referente à projeção de lucratividade futura que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371.

Conforme as estimativas da Cemig Distribuição, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de março de 2011, conforme abaixo:

	31/03/2011
2011	246.147
2012	105.224
2013	100.644
2014	100.644
2015	100.646
	653.305

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	31/03/2011	31/03/2010
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	219.891	306.095
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(74.763)	(104.072)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Incentivos Fiscais	943	116
Contribuições e Doações Indedutíveis	(574)	(626)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	149	479
Outros	(2.047)	(19.657)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	(76.292)	(123.760)
Alíquota efetiva	34,69%	40,43%
Corrente	(60.730)	(34.352)
Diferido	(15.562)	(89.408)

7 . DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os depósitos vinculados a litígio relativos a obrigações fiscais, trabalhistas e outros estão demonstrados na tabela a seguir:

	31/03/2011	31/12/2010
Trabalhista	120.803	119.622
Obrigações Fiscais		
Imposto de Renda sob Juros Sobre Capital Próprio	5.700	5.700
PIS/COFINS – Exclusão do ICMS da base de cálculo	523.452	472.678
Outros	335	332
Outros	58.672	43.565
	708.962	641.897

Os saldos de depósitos judiciais relativos à PASEP/COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na nota explicativa nº 11.

8 . ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Os contratos de concessão de distribuição da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC.01, que trata de contabilidade de concessões, e referem-se a infraestrutura investida nas concessões que serão objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão assinado entre a Cemig e a ANEEL.

Segue abaixo a mutação do ativo financeiro da concessão:

	Saldos
Saldo em 31/12/2010	2.387.093
Adições (*)	(380)
Baixas	-
Saldo em 31/03/2011	<u>2.386.713</u>

(*) Adições de Obrigações Especiais

9 . INTANGÍVEL

a) Composição de saldo em 31 de março de 2011

	31/03/2011			31/12/2010
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Ativos da Concessão	7.444.416	(5.512.732)	1.931.684	2.059.271
(-) Obrigações especiais	(1.285.641)	367.904	(917.737)	(905.066)
Ativos da concessão líquidos	6.158.775	(5.144.828)	1.013.947	1.154.205
Intangível em Curso	1.758.362	-	1.758.362	1.498.009
	<u>7.917.137</u>	<u>(5.144.828)</u>	<u>2.772.309</u>	<u>2.652.214</u>

b) Mutações do ativo intangível em 31 de março de 2011

	Saldo em 31/12/2010	Adições/ Transferências	Baixas	Amortização	Saldo em 31/03/2011
Ativos da Concessão	2.059.271	-	(15)	(127.572)	1.931.684
(-) Obrigações especiais	(905.066)	(45.941)	-	33.270	(917.737)
Ativos da concessão líquidos	1.154.205	(45.941)	(15)	(94.302)	1.013.947
Intangível	1.498.009	260.353	-	-	1.758.362
	<u>2.652.214</u>	<u>214.412</u>	<u>(15)</u>	<u>(94.302)</u>	<u>2.772.309</u>

O Ativo Intangível é composto pelos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como softwares, direito de exploração de concessões, ágios e servidão de passagem e pelo direito de exploração da concessão originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 – Contratos de Concessão). De acordo do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica, o Ativo Intangível corresponde ao direito que a Companhia possui de cobrar dos usuários pelo uso da infraestrutura da concessão.

A vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição é estabelecida pela agência reguladora ANEEL para efeitos de determinação da tarifa, essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e regulatórios representando a melhor estimativa de vida útil dos bens. A ANEEL também é responsável pela apuração do valor da indenização no vencimento da concessão.

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida, amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ReN ANEEL nº367/09 ou pelo prazo de concessão.

Os itens que compõem a infraestrutura são vinculados diretamente à operação da Companhia não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

10 . FORNECEDORES

	31/03/2011	31/12/2010
Circulante		
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica -		
Eletrobrás – Energia de Itaipu	124.724	128.840
Furnas	19.048	26.847
CCEE	98.177	99.924
Cemig Geração e Transmissão	25.826	28.145
CHESF – Cia. Hidroelétrica do São Francisco	6.093	10.548
CESP – Cia. Energética de São Paulo	4.076	4.852
CEEE – Cia. Estadual de Energia Elétrica	10.485	11.739
Ponte de Pedra Energética	-	12.389
RTE conf. Res. ANEEL 387/09	1.367	1.367
Outros Geradores e Distribuidores	341.684	251.341
	631.480	575.992
Materiais e Serviços	136.882	194.147
	768.362	770.139

11 . IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos, Taxas e Contribuições	31/03/2011	31/12/2010
Circulante		
ICMS	249.467	217.203
COFINS	17.682	16.602
PASEP	3.839	3.599
INSS	12.477	16.177
Outros	10.725	9.804
	294.190	263.385
Não Circulante		
COFINS	466.606	417.772
PASEP	101.303	90.701
	567.909	508.473
	862.099	771.858

b) Imposto de Renda e Contribuição Social		31/03/2011	31/12/2010
Circulante			
Imposto de Renda		35.449	-
Contribuição Social		5.825	-
		<u>41.274</u>	<u>-</u>
Não Circulante			
Obrigações Diferidas			
Imposto de Renda		181.822	144.208
Contribuição Social		65.455	51.915
		<u>247.277</u>	<u>196.123</u>
		<u>288.551</u>	<u>196.123</u>

As Obrigações Não Circulantes de PASEP/COFINS referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008.

12 . EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	31/03/2011						31/12/2010
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
ABN AMRO Bank - N. (2)	2013	6,00	USD	21.387	40.718	62.105	62.597
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	USD	9.656	40.961	50.617	51.035
KFW	2016	4,5	EUR	1.628	7.627	9.255	8.817
Dívida em Moeda Estrangeira				32.671	89.306	121.977	122.449
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	6.362	10.001	16.363	15.876
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	9.999	96.000	105.999	103.067
Banco do Brasil S.A.	2014	104,1 do CDI	R\$	14.364	300.000	314.364	305.947
Banco do Brasil S.A.	2013	10,83	R\$	54.039	594.585	648.624	630.494
Banco do Brasil S.A.	2012	109,8 do CDI	R\$	55.099	97.889	152.988	148.671
Banco Itaú – BBA	2013	CDI + 1,70	R\$	41.696	66.217	107.913	104.694
Banco Itaú – BBA	2014	CDI + 1,70	R\$	947	1.736	2.683	3.875
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	26.168	49.107	75.275	74.615
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	76.932	120.434	197.366	191.491
Debêntures (5)	2017	IPCA + 7,96	R\$	10.944	481.162	492.106	472.333
Debêntures (5)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	29.723	342.573	372.296	354.638
ELETROBRÁS	2023	UFIR + 6,00 a 8,00	R\$	61.794	295.600	357.394	373.365
Grandes Consumidores	2011	Diversas	R\$	3.663	2.417	6.080	5.891
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	13.577	24.979	38.556	37.672
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	39.938	65.112	105.050	101.917
Dívida em Moeda Nacional				445.245	2.547.812	2.993.057	2.924.546
Total Geral				477.916	2.637.118	3.115.034	3.046.995

(1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano; *libor* semestral mais *spread* de 0,81 a 0,88 % ao ano.

(2) a (4) Foram contratados “swaps” com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps: (2) CDI + 2,00% a.a.; (3) CDI + 2,12% a.a.; e (4) CDI + 3,01% a.a.

(5) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

A composição dos empréstimos por moeda e indexador, em 31 de março de 2011, com a respectiva amortização, é como segue:

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	31.043	26.036	23.998	1.819	-	-	-	29.826	112.722
Euro	1.628	1.526	1.526	1.526	1.526	1.523	-	-	9.255
	32.671	27.562	25.524	3.345	1.526	1.523	-	29.826	121.977
Indexadores									
Índice Preço ao Consumidor Amplo – IPCA	10.944	-	-	-	160.387	160.387	160.387	-	492.105
Índice Geral de Preços–Mercado–IGP-M	29.723	-	-	342.573	-	-	-	-	372.296
Unidade Fiscal de Referência – UFIR/RGR	46.398	58.318	52.671	51.348	45.078	36.304	28.082	39.195	357.394
Certificado Depósito Interbancário – CDI	284.213	365.484	365.992	100.868	-	-	-	-	1.116.557
Sem Indexador	55.083	(4.576)	598.117	-	-	-	-	-	648.624
Outros	3.288	455	455	833	426	208	208	208	6.081
	429.649	419.681	1.017.235	495.622	205.891	196.899	188.677	39.403	2.993.057
	462.320	447.243	1.042.759	498.967	207.417	198.422	188.677	69.229	3.115.034

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação no trimestre findo em 31/03/2011 %	Variação Acumulada em 2011 %	Indexadores	Variação no trimestre findo em 31/03/2011 %	Variação Acumulada em 2011 %
Dólar Norte-Americano	(2,25)	(2,25)	IGPM	2,43	2,43
Euro	3,81	3,81	IPCA	2,28	2,28
			CDI	2,60	2,60

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	3.046.995
Variação monetária e cambial	16.239
Encargos financeiros provisionados	76.069
Encargos Capitalizados	3
Encargos financeiros pagos	(8.306)
Amortização de financiamentos	(16.780)
Amortização custo transação	814
Saldo em 31 de março de 2011	3.115.034

13 . ENCARGOS REGULATÓRIOS

	31/03/2011	31/12/2010
Reserva Global de Reversão – RGR	30.996	29.330
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	40.542	40.542
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	32.675	28.385
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.697	1.697
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	2.183	2.124
Eficiência Energética	143.765	157.488
Pesquisa e Desenvolvimento	104.601	102.701
Pesquisa Expansão Sistema Energético	1.091	1.062
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	-	14.477
Encargos de Capacidade Emergencial	30.747	31.049
Adicional 0,30% da Lei 12.111/09	3.215	3.128
	392.719	413.190
Passivo Circulante	260.810	304.124
Passivo Não Circulante	131.909	109.066

14 . OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

A Companhia e uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social – FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A FORLUZ disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

A contribuição das Patrocinadoras para este plano é de 27,52% para a parcela com característica de benefício definido, referente a cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 72,48% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, destinam-se as contas nominais dos participantes e são reconhecidos no resultado do exercício em conformidade aos pagamentos feitos pelas patrocinadoras, na rubrica de Despesa com Pessoal.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um

benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

A Cemig Distribuição mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela FORLUZ.

Amortização das Obrigações Atuariais e Reconhecimento nas nas Informações Trimestrais

A Companhia demonstra nesta Nota Explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Saúde, Plano Odontológico, Seguro de Vida e Pensão de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes com base em 31 de dezembro de 2010.

Encontra-se reconhecida, em 31 de março de 2011, uma obrigação a pagar pela Companhia referente a déficits atuariais passados relacionados ao Fundo de pensão no montante de R\$626.595 e está sendo amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Após o 3º Aditivo ao Contrato da FORLUZ, os valores passaram a ser reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acrescido de 6% ao ano.

Portanto, nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial é a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais, mencionada anteriormente, tendo em vista que é superior ao passivo com fundo de pensão constante do laudo do atuário. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia decidiu pelo registro integral da dívida, contra patrimônio líquido na data de transição estando os impactos referentes a atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31/12/2010	628.500	403.947	21.972	315.161	1.369.580
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	23.411	12.315	243	9.276	45.245
Contribuições Pagas	(24.318)	(9.126)	(154)	(1.921)	(35.519)
Passivo Líquido em 31/03/2011	627.593	407.136	22.061	322.517	1.379.306
Passivo Circulante					53.165
Passivo Não Circulante					1.326.141

15 . PROVISÕES

A Companhia constitui provisão para contingências das ações cuja expectativa de perda for considerada mais provável que sim do que não que exista uma obrigação presente em 31 de março de 2011, conforme segue:

	Saldo em 31/12/2010	Adições (-) Reversões	Saldo em 31/03/2011
Trabalhistas			
Diversos	11.995	2.558	14.553
Cíveis			
Danos Pessoais	4.314	466	4.780
Majoração Tarifária	1.167	38	1.205
Outras	14.273	5.866	20.139
Total	31.749	8.928	40.677

Majoração Tarifária

Diversos consumidores industriais impetraram ações contra a CEMIG, controladora da Companhia, objetivando reembolso para as quantias pagas em função do aumento de tarifa durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986, alegando que tal aumento violou o controle de preços instituído por aquele plano. O valor da contingência é de R\$1.205 e corresponde a perda potencial da Companhia nessa matéria.

Ações cuja expectativa de perda é considerada menos provável que sim do que não que exista uma obrigação presente em 31 de março de 2011

Obrigações Previdenciárias e Fiscais – Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia decidiu impetrar um mandado de segurança que permitiu o depósito judicial no valor das potenciais obrigações, no montante de R\$87.268, registrados na conta de Depósitos Vinculados a Litígios.

Exclusão de consumidores inscritos como baixa renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Cemig D e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Cemig D no pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente e, ainda, foi fixada multa diária de R\$1 mil no caso de descumprimento da decisão. Contudo, a Companhia e a ANEEL agravaram da decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$113.401.

Contribuições à Seguridade Social

A Secretaria da Receita Federal emitiu Auto de Infração exigindo contribuições destinadas à Seguridade Social, relativas aos exercícios de 2005 e 2006, no valor de R\$166.987. Desse montante, os principais valores são R\$39.229 e R\$123.168. O primeiro refere-se a glosa da Receita Federal de Salário “in natura” Alimentação, sem inscrição no PAT. Em virtude da desverticalização da Companhia, a Receita Federal entende que a Cemig deveria ter inscrito as empresas desverticalizadas, no PAT, em 2005, o que só ocorreu em 2008. O segundo refere-se a PLR, períodos 2005 e 2006, pagas sob definição de metas e indicadores corporativos, não declarados na GFIP.

Não recolhimento de ICMS incidente sobre a TUSD

A Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais emitiu Auto de Infração exigindo o recolhimento do ICMS incidente sobre às parcelas que compõem a TUSD faturadas no período de ago/2005 a set/10, visto que o valor do imposto incidente foi excluído das contas de energia elétrica, em cumprimento à Liminar concedida. O valor da contingência é de R\$166.484.

Não foi constituída provisão em função da Companhia ser um agente recolhedor do imposto e a contingência de perda no âmbito administrativo ser provável, mas no judicial ser remota.

Indeferimento da Compensação de Créditos Tributários

A Secretaria da Receita Federal não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, no montante de R\$168.512, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais.

Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente – AMPROCOM impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que foram lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. O valor, estimado, da contingência é de R\$163.740.

Contingências da Controladora

A CEMIG, controladora da Companhia, discute em juízo ações para as quais considera ser mais provável que não exista uma obrigação presente na data do balanço. Um eventual desfecho negativo nessas causas pode vir a impactar os negócios da Cemig D. As principais causas que têm esta característica estão descritas a seguir:

- Diversos consumidores e o promotor público do Estado de Minas Gerais ajuizaram ações cíveis contra a CEMIG, no valor aproximado de R\$29.734, contestando reajustes tarifários aplicados em exercícios anteriores, incluindo recomposição tarifária extraordinária e índice inflacionário utilizado para aumentar a tarifa de energia elétrica em abril de 2003. Foi solicitado o reembolso em dobro dos montantes que eventualmente venham a ser considerados como cobrados erroneamente pela Companhia. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações.

A CEMIG é ré em processos questionando os critérios de medição dos valores a serem cobrados referente à contribuição de iluminação pública, no valor total aproximado de R\$650.254. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação.

16 . PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de março de 2011, o capital Social da Companhia é de R\$2.261.998, representado por 2.261.997.787 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da CEMIG.

Foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 29 de abril de 2011, a utilização do lucro do exercício e de reservas de lucros para compensação de prejuízos acumulados decorrentes da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade. Para a compensação, foi utilizado todo o lucro do exercício, no montante de R\$441.002, e parte das reservas de lucros no montante de R\$268.225.

No exercício de 2010, a Companhia declarou juros sobre o capital próprio no valor de R\$158.708. Em função da destinação integral do lucro do exercício de 2010 para compensação do prejuízo acumulado, conforme previsto na Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores atualizações, os juros sobre o capital próprio mencionados não serão compensados com o pagamento de dividendos obrigatórios.

17 . RECEITA

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	31/03/2011	31/03/2010
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede – consumidores cativos	2.326.835	2.303.663
Receita de uso da rede – consumidores livres	447.341	330.147
Outras receitas operacionais	22.623	19.878
Impostos incidentes sobre as receitas acima	(1.071.118)	(1.006.667)
	1.725.681	1.647.021

Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede – consumidores cativos

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh		R\$	
	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
Residencial	2.183.016	2.035.114	997.477	982.897
Industrial	1.227.042	1.112.152	398.672	402.920
Comércio, Serviços e Outros	1.324.506	1.236.697	531.409	548.810
Rural	533.140	501.448	150.734	140.309
Poder Público	194.830	178.811	77.553	77.204
Iluminação Pública	278.931	265.255	68.684	68.591
Serviço Público	283.251	273.834	76.086	80.355
Subtotal	6.024.716	5.603.311	2.300.615	2.301.086
Consumo Próprio	9.350	9.261	-	-
Subvenção para Consumidores de Baixa Renda (*)	-	-	22.641	33.229
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	(16.054)	(39.415)
	6.034.066	5.612.572	2.307.202	2.294.900
Transações com Energia na CCEE	188.279	292.127	19.633	8.763
Total	6.222.345	5.904.699	2.326.835	2.303.663

(*) Receita reconhecida em decorrência de subvenção recebida da Eletrobrás, em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. Os valores foram homologados pela ANEEL e são reembolsados pela ELETROBRÁS.

Receita de uso da rede – consumidores livres

Representa os encargos cobrados dos consumidores livres referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) da Cemig Distribuição.

Outras receitas operacionais

	31/03/2011	31/03/2010
Serviço Taxado	3.738	3.493
Outras Prestações de Serviços	3.761	2.688
Aluguel e Arrendamento	14.799	13.659
Outras	325	38
	22.623	19.878

Impostos incidentes sobre a receita

	31/03/2011	31/03/2010
ICMS	559.264	535.858
COFINS	212.803	207.745
Reserva Global de Reversão – RGR	12.660	15.357
PIS-PASEP	46.200	45.192
Programa de Eficiência Energética-PEE	7.860	9.889
Conta de Desenvolvimento Energético-CDE	98.024	85.155
Quota para Conta de Consumo de Combustível-CCC	121.627	85.587
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D	3.144	3.945
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT	3.144	3.945
Pesquisa Expansão Sistema Energético-EPE	1.572	1.972
ISSQN	104	112
Encargos Adicionais Lei 12.111/09	4.716	11.910
	1.071.118	1.006.667

18 . CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	31/03/2011	31/03/2010
Pessoal (a)	189.311	197.528
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	16.710	28.278
Obrigações Pós-Emprego (Nota 14)	21.833	15.944
Materiais	12.355	22.035
Serviços de Terceiros (b)	145.190	122.311
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	757.381	609.107
Amortização	94.404	93.321
Provisões Operacionais (d)	18.999	14.353
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	155.246	150.585
Outras Despesas Líquidas (e)	20.704	38.551
	1.432.133	1.292.012

a) DESPESAS COM PESSOAL	31/03/2011	31/03/2010
Remunerações e Encargos	165.244	167.856
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	11.882	12.212
Benefícios Assistenciais	23.485	23.364
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(13.900)	(13.512)
Programa de Desligamento de Empregados	2.600	7.608
	189.311	197.528

b) SERVIÇOS DE TERCEIROS	31/03/2011	31/03/2010
Agentes Arrecadores/Leitura de Medidores/Entrega de Contas	31.212	30.175
Comunicação	17.584	14.062
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	32.615	31.228
Conservação e Limpeza de Prédios	8.699	5.995
Conservação e Limpeza de Faixa, Estradas e Aceiros	6.325	1.914
Mão de Obra Contratada	10.738	11.576
Fretes e Passagens	1.249	987
Hospedagem e Alimentação	3.734	3.034
Vigilância	1.898	1.630
Consultoria	368	101
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	5.440	3.870
Manutenção e Conservação de Veículos	5.200	4.223
Corte e Religação	6.178	6.477
Podas de árvores	5.196	2.340
Outros	8.754	4.699
	145.190	122.311

c) ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA	31/03/2011	31/03/2010
Energia de Itaipu Binacional	187.552	206.589
Energia de Curto Prazo	61.502	32.425
Contatos Bilaterais	54.707	54.272
Energia adquirida em Leilão	485.440	342.071
PROINFA	38.106	43.757
Créditos de PASEP/COFINS	(69.926)	(70.007)
	757.381	609.107

d) PROVISÕES OPERACIONAIS	31/03/2011	31/03/2010
Prêmio de Aposentadoria	(438)	(1.408)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	10.509	11.825
Contingências Trabalhistas	2.558	221
Provisão (reversão) para Processos Administrativos da ANEEL	-	3.279
Provisão para Ações Cíveis – Majoração Tarifária	38	288
Outras provisões (reversões)	6.332	148
	18.999	14.353

e) OUTRAS DESPESAS LÍQUIDAS	31/03/2011	31/03/2010
Arrendamentos e Aluguéis	14.038	7.373
Propaganda e Publicidade	3.844	6.162
Consumo Próprio de Energia Elétrica	674	3.562
Subvenções e Doações	2.896	3.148
Taxa de Fiscalização da ANEEL	5.091	6.286
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	5.147	5.081
Contribuição a CCEE	750	523
Seguros	467	1.067
Outras (Recuperação de Despesas)	(12.203)	5.349
	20.704	38.551

(*) Taxa de Licenciamento para Uso ou Ocupação de Faixa de Domínio de Rodovias

19 . RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31/03/2011	31/03/2010
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	9.665	5.281
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	27.810	27.046
Variações Cambiais	5.623	14.618
Ganhos com Instrumentos Financeiros (nota 21)	23.403	-
Outras	18.755	27.613
	85.256	74.558
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(67.603)	(52.289)
Encargos de Variação Monetária - FORLUZ	(23.412)	(21.965)
Variações Cambiais	(653)	(19.906)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(18.764)	(17.676)
Perdas com Instrumentos Financeiros (nota 21)	(32.643)	(822)
Variação Monetária de P&D e PEE	(6.359)	(4.157)
Outras	(9.479)	(6.657)
	(158.913)	(123.472)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(73.657)	(48.914)

As despesas com PASEP e COFINS são incidentes sobre as receitas financeiras dos ativos regulatórios, as quais são realizadas através de faturamento de energia elétrica.

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº1, a Companhia é uma subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Cemig Distribuição são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
CEMIG								
Circulante								
Coligadas e Controladora	-	3.782	4.898	4.992	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	50.823	50.842	-	-	-	-
Não Circulante								
Coligadas e Controladora	4.097	-	-	-	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.								
Circulante								
Coligadas e Controladora	-	-	17	247	-	-	-	-
Energia Elétrica Comprada para Revenda (1)	-	-	25.826	28.145	-	-	(60.413)	(64.031)
Outros	2.860	2.805	-	-	11.825	-	-	-
Não Circulante								
Coligadas e Controladora	10.761	10.761	-	-	-	-	-	-
Light								
Energia Comprada para Revenda(1)	-	-	187	162	-	-	(1.277)	(663)
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (4)	6.565	8.619	-	-	18.621	19.188	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições – ICMS (5)	147.535	145.528	249.467	217.203	(559.264)	(535.858)	-	-
Consumidores e Revendedores (2)	35.578	39.893	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Tributos Compensáveis - ICMS (5)	50.018	46.714	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (3)	-	-	53.165	53.579	-	-	(21.833)	(15.944)
Outros	-	-	24.421	45.798	-	-	-	-
Despesa com pessoal (6)	-	-	-	-	-	-	(11.882)	(12.212)
Custeio Administrativo (7)	-	-	-	-	-	-	(2.754)	(3.672)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (3)	-	-	1.326.141	1.316.001	-	-	-	-
OUTROS								
Circulante								
Coligadas e Controladas ou Controladores	113	113	-	-	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

(1) A Companhia possui contratos de compra de energia da Cemig Geração e Transmissão S.A. e Light S.A., decorrente do leilão público de energia ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita através de leilão organizado pelo Governo Federal que definiu posteriormente os contratos que deveriam ser assinados entre distribuidores e geradores.

(2) Parcela substancial do valor refere-se à renegociação de débito originário de venda de energia para a COPASA, com previsão de pagamento até setembro de 2012 e atualização financeira pelo IGPM + 0,5% a.m.

(3) Os contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Vide nota explicativa nº 14) e serão amortizados até o exercício de 2024.

(4) Refere-se a venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia.

(5) As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e créditos de aquisição de ativo imobilizado e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.

(6) Contribuições da CEMIG para o Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide nota explicativa nº 14) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo.

(7) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.

Vide maiores informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas 4, 5, 11, 14, 16, 17 e 18.

21 . INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os instrumentos financeiros da Companhia são os saldos do Caixa e Equivalentes de Caixa, Consumidores e Revendedores, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e “swaps” de moedas, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia foram reconhecidos e encontram-se classificados conforme abaixo:

- Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria as aplicações financeiras e os instrumentos derivativos (mencionados no item “b”). São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Recebíveis: encontram-se nesta categoria os créditos com consumidores e revendedores. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos, Caixa e Equivalentes de Caixa;
- Empréstimos e Financiamentos e Obrigações com Debêntures: são mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

Categoria dos Instrumentos Financeiros	31/03/2011	31/12/2010
Ativos Financeiros:		
Caixa e depósitos bancários	36.998	47.768
Contas a receber de clientes	1.583.337	1.515.100
Fundos vinculados	11.462	14.048
Créditos com controladas	14.970	14.656
	<u>1.646.767</u>	<u>1.591.572</u>
Valor justo por meio do resultado:		
Mantidos para negociação		
Equivalentes de Caixa	427.452	455.641
Passivos financeiros:		
Avaliados ao custo amortizado:		
Fornecedores	768.362	770.139
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.115.034	3.046.995
	<u>3.883.396</u>	<u>3.817.134</u>
Valor justo por meio de resultado:		
Contrato de Swap	78.511	69.271
	<u>6.036.126</u>	<u>5.933.618</u>

a) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da empresa.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (hedge) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig Distribuição está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do dólar Norte-Americano em relação ao real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da Companhia às elevações das taxas de câmbio, a Cemig Distribuição possuía, em 31 de março de 2011, operações contratadas de hedge, descritas em maiores detalhes no item “b”.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE CÂMBIO	31/03/2011	31/12/2010
Dólar Norte-Americano		
Empréstimos e Financiamentos <i>(nota 12)</i>	112.722	113.632
Operações contratadas de hedge/swap	(44.403)	(45.425)
	68.319	68.207
Euro		
Empréstimos e Financiamentos <i>(nota 12)</i>	9.255	8.817
Passivo Líquido Exposto	77.574	77.024

Análise de sensibilidade

A Companhia estima que, em um cenário provável, a apreciação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 31 de março de 2012 será de 5,42% para o Dólar (R\$1,717) e 1,95% para o Euro (R\$2,358). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 31/03/2011	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos <i>(nota 12)</i>	112.722	118.833	148.524	178.215
(-) Operações Contratadas de Hedge/swap	(44.403)	(46.810)	(58.506)	(70.202)
	68.319	72.023	90.018	108.013
Euro				
Empréstimos e Financiamentos <i>(nota 12)</i>	9.255	9.435	11.794	14.154
Passivo Líquido Exposto	77.574	81.458	101.812	122.167
Efeito Líquido da Variação Cambial	-	(3.884)	(24.238)	(44.593)

Risco de Taxa de juros

A Cemig Distribuição está exposta ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, em 31 de março de 2011. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO DA CEMIG ÀS TAXAS DE JUROS NACIONAIS	31/03/2011	31/12/2010
Ativos		
Equivalente de Caixa - Aplicações Financeiras <i>(nota 3)</i>	427.484	455.673
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos <i>(nota 12)</i>	(1.116.557)	(1.087.827)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Juros)	(600.000)	-
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Cambial)	(44.403)	(45.425)
	(1.760.960)	(1.133.252)
Passivo Líquido Exposto	(1.333.476)	(677.579)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável, a taxa SELIC em 31 de março de 2012 será de 11,75%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	Cenário Base SELIC 11,75%	Cenário Provável SELIC 11,75%	Cenário Possível SELIC 14,6875%	Cenário Remoto SELIC 17,6250%
Ativos				
Aplicações Financeiras (nota 3)	427.484	477.713	490.271	502.828
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (nota 12)	(1.116.557)	(1.247.752)	(1.280.551)	(1.313.350)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Juros)	(600.000)	(667.680)	(684.600)	(701.520)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Cambial)	(44.403)	(49.620)	(50.925)	(52.229)
	(1.760.960)	(1.965.052)	(2.016.076)	(2.067.099)
Passivo Líquido Exposto	(1.333.476)	(1.487.339)	(1.526.805)	(1.564.271)
Efeito Líquido da Variação da SELIC	-	(153.863)	(193.329)	(230.795)

Risco de Liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de curto prazo e para seu programa de aquisições e investimentos.

Os principais indicadores de “covenants” financeiros, em que se confrontam as exigências de dívida com a geração de caixa (EBITDA) no 1º trimestre de 2011, demonstram o perfil de liquidez da Empresa.

Ademais, tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A estrutura adotada para a gestão dos riscos da Cemig é matricial e descentralizada, porém com monitoramento centralizado, o que gera informações relevantes e com visão sistêmica. Essa estrutura permite que os processos de gestão de riscos corporativos interajam com outros ciclos de gestão, dentre os quais podem ser citados os Comitês de Governança Corporativa, de Priorização do Orçamento, de Gerenciamento de Riscos de Energia, de Riscos Seguráveis, de Controle e Gestão e de Gerenciamento de Riscos Financeiros, e atendam à Lei Sarbanes-Oxley e à Auditoria Interna.

O Comitê de Gerenciamento de Risco Financeiro, em particular, tem como finalidade implementar diretrizes para controlar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Empresa.

No aspecto operacional, a Cemig adota princípios rígidos e conservadores na gestão do fluxo de caixa, estabelecendo em seu Estatuto Social covenants financeiros, mais restritivos que os presentes nos contratos de dívida, e um valor de caixa mínimo para cada uma das empresas, estipulado em 5% do Lajida.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando até 20% de seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004 onde cada instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos além de análise de três agências de classificação de riscos financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos que são revisados periodicamente ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

Risco quanto à Escassez de Energia

A Energia vendida é substancialmente gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação do volume dos mesmos e acarretar em aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui concessões para exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica que incluem cláusula de renovação por mais 20 anos com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia quando do vencimento dos contratos de concessão, em fevereiro de 2016. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores ou mesmo renová-las mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (“concessão onerosa”), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger as operações da Companhia contra os riscos decorrentes de variação cambial e de juros, e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos, registrados pelo valor justo. Os resultados líquidos destas operações representaram um ganho em 31 de março de 2011 no montante de R\$23.403 (perda de R\$822 em 31 de março de 2010), registrados no resultado financeiro. As contrapartes das operações de derivativos são o Banco Santander - ABN (contratos são de swap cambial) e o Banco do Brasil (contrato de swap de juros).

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros criado com o objetivo de monitorar os riscos financeiros relativos á volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros que afetam suas transações financeiras e as quais poderiam afetar negativamente sua liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva também a implementação de diretrizes para operação pró-ativa relativa ao ambiente de riscos financeiros ao implementar planos de ação.

O quadro a seguir apresenta o instrumento derivativo contratado pela Companhia em 31 de março de 2011 e 2010.

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Perda não realizada						Efeito acumulado	
				Valor principal contratado		Valor Conforme contrato		Valor justo		Valor Recebido	Valor Pago
				31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010 reclassificado	31/03/2011	31/12/2010 reclassificado	31/03/2011	31/03/2011
US\$ variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,14% a.a.)	R\$ 100% do CDI + taxa (1,5% a.a. a 3,01% a.a.)	De 04/2009 até 06/2013	Balcão	US\$27.263	US\$27.263	(73.742)	(69.366)	(75.066)	(70.565)	-	-
Taxa de 11,47% a a	Taxa de 96% de CDI	Vencimento em 10/05/2013	Balcão	R\$600.000	-	6.237	-	(3.445)	-	-	-

Análise de sensibilidade

O instrumento derivativo descrito acima indica que a Companhia está exposta a variação do CDI. A Companhia, com base em nossos consultores financeiros, estima que a taxa do CDI em 31 de março de 2012 será de 11,75%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50% em relação a 31/03/2011, cenários que consideramos como possível e remoto, respectivamente.

Nesses cenários possível e remoto, a taxa do CDI em 31 de março 2012 seria de 14,6875% e 17,6250% respectivamente.

a) Risco da variação do CDI em relação à variação do Dólar

	Base 31/03/2011 11,75%	Cenário Provável 11,75%	Cenário Possível 14,6875%	Cenário Remoto 17,6250%
Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais				
Contratos atualizados a 100,00% do CDI	44.403	49.620	50.925	52.229
Efeito Líquido da Variação do CDI		<u>(5.217)</u>	<u>(6.522)</u>	<u>(7.826)</u>
Risco - Alta do US\$				
Contratos atualizados a 100,00% do CDI	44.403	46.810	58.506	70.202
Efeito Líquido da Variação do US\$		<u>(2.407)</u>	<u>(14.103)</u>	<u>(25.799)</u>
Efeito Líquido		<u>(2.810)</u>	<u>7.581</u>	<u>17.793</u>

b) Risco da variação do CDI em relação à taxa fixa de 11,47% a.a.

	Base 31/03/2011 11,28%	Cenário Provável 11,28%	Cenário Possível 14,10%	Cenário Remoto 16,92%
Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais				
Contratos atualizados a 96% do CDI	600.000	667.680	684.600	701.520
Efeito Líquido da Variação do CDI		(67.680)	(84.600)	(101.520)
Risco - Taxa Fixa de Juros				
Contratos atualizados a 11,47% a.a.	600.000	668.820	668.820	668.820
Efeito Líquido da Variação do US\$		(68.820)	(68.820)	(68.820)
Efeito Líquido		1.140	(15.780)	(32.700)

Valor e tipo de margens dadas em garantia

A Companhia não deposita margens de garantias para os instrumentos derivativos.

22. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e

de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Descrição	Saldo em 31 de março de 2011	Valor justo em 31 de março de 2011		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Certificados de Depósitos Bancários	419.292	-	419.292	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	2.314	2.314	-	-
Depósitos Overnight	5.878	-	5.878	-
Passivos				
Contratos de Swaps	78.511	-	78.511	-

Metodologia de cálculo do valor justo

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Contratos de Swaps: O critério de marcação a mercado das operações de derivativos consiste em estabelecer o preço atual de uma operação já contratada de tal forma que sua reposição traga os mesmos resultados de uma nova operação. A precificação de Swaps é feita pela diferença entre os valores a mercado de cada uma de suas pontas corrigidas pelo seu indexador. A precificação do Swap da ponta CDI é calculada da data de início da operação até a data de verificação considerando a projeção futura deste indexador pelo mercado na data de mensuração. A precificação da ponta Dólar do Swap é corrigida pela variação cambial da moeda, considerando uma expectativa futura e prêmio de risco embutido.

23 . DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DVA

Conforme requerimento da CVM aplicável as Companhias abertas e como informação adicional para fins de IFRS, a companhia elaborou demonstrações do valor adicionado.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela da Companhia na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pela Companhia,

de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

24 . EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Reajuste Tarifário

Em 08 de abril de 2011, a ANEEL divulgou o resultado do Reajuste Tarifário da Companhia. Com isso, as tarifas da Companhia tiveram impactos diferenciados por nível de tensão, cujo impacto médio foi um aumento de 6,04% a partir daquela data.

b) Novas Captações

Em 20 de abril de 2011, a Companhia captou, junto ao Banco do Brasil, R\$410.000, representados por uma Cédula de Crédito Comercial no valor de R\$210.000, garantida por duplicatas escriturais de emissão própria, e, uma Nota de Crédito Comercial no valor de R\$200.000, com aval de sua controladora, a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG. O recurso captado será utilizado no reforço do capital de giro e rolagem de dívidas da Companhia e serão liquidados até 2014. O montante captado por meio de cédula de crédito será liquidado em duas parcelas, sendo a primeira em 09 de abril de 2013 e a segunda em 04 de abril de 2014. O montante captado por meio de nota de crédito será liquidado, em parcela única, em 04 de abril de 2014.

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

(valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicados de outra forma)

Adoção das normas internacionais de contabilidade

Os resultados apresentados abaixo estão de acordo com as novas normas de contabilidade, dentro do processo de harmonização das normas contábeis brasileiras às normas internacionais (“IFRS”). Dessa forma, o resultado do 1º trimestre de 2010 foi alterado para refletir essas modificações e permitir a comparabilidade com o 1º trimestre de 2011.

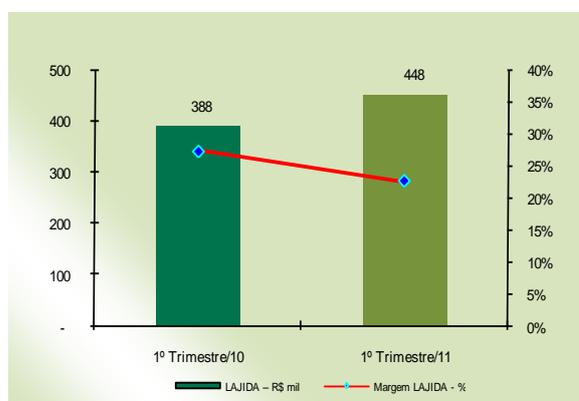
Lucro do Período

A Cemig Distribuição apresentou, no primeiro trimestre de 2011, um resultado de R\$143.599, em comparação ao resultado de R\$182.335 no primeiro trimestre de 2010, uma redução de 21,24%. As principais variações no resultado na comparação dos períodos de janeiro a março de 2011 e 2010 estão apresentadas a seguir.

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da Cemig Distribuição no primeiro trimestre de 2011 apresentou uma redução de 13,47% na comparação com o mesmo período de 2010.

LAJIDA - R\$ mil	31/03/2011	31/03/2010	Var %
Lucro Líquido	143.599	182.335	(21,24)
+ Despesa de IR e Contribuição Social	76.292	123.760	(38,35)
+ Resultado Financeiro	73.657	48.914	50,58
+ Amortização	94.404	93.321	1,16
= LAJIDA	387.952	448.330	(13,47)



A redução do LAJIDA no primeiro trimestre de 2011 em comparação ao mesmo período de 2010 deve-se, principalmente, ao aumento de 11,60%, nos custos e despesas operacionais, excluídos os efeitos da despesa com amortização, em comparação ao aumento de 4,78% na receita. Este resultado refletiu-se na margem do LAJIDA, que passou de 27,22% no primeiro trimestre de 2010 para 22,48% no primeiro trimestre de 2011.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$2.326.835 no primeiro trimestre de 2011 em comparação a R\$2.303.663 no primeiro trimestre de 2010.

No que se refere a venda para consumidores finais, os principais impactos na receita no primeiro trimestre de 2011 decorreram dos seguintes fatores:

- aumento de 7,52% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores finais;
- reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 1,67%, a partir de 8 de abril de 2010 (efeito integral no primeiro trimestre de 2011);

Quantidade de Energia Vendida a Consumidores Finais (MWh) (Informações não revisadas pelos auditores independentes)

Consumo por Classe	MWh		
	31/03/2011	31/03/2010	Var %
Residencial	2.183.016	2.035.114	7,27
Industrial	1.227.042	1.112.152	10,33
Comércio, Serviços e Outros	1.324.506	1.236.697	7,10
Rural	533.140	501.448	6,32
Poder Público	194.830	178.811	8,96
Iluminação Pública	278.931	265.255	5,16
Serviço Público	283.251	273.834	3,44
Total	6.024.716	5.603.311	7,52

As classes mais representativas, residencial, industrial e comercial apresentaram aumentos de 7,27%, 10,33% e 7,10%, respectivamente. Os aumentos nas referidas classes decorrem, principalmente, do aumento na quantidade de consumidores, expansão das atividades industriais e crescimento do consumo final das famílias, em função das condições favoráveis da economia do Estado.

Apesar do aumento de 7,52% na quantidade de energia negociada, a receita apresenta um aumento de apenas 1,01%. Esse resultado decorre, substancialmente, dos efeitos decorrentes de ativos e passivos regulatórios que foram transferidos para as tarifas nos períodos em análise.

Receita de uso da rede

Essa receita refere-se a TUSD advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida. No primeiro trimestre de 2011 a receita foi de R\$447.341 comparada a R\$330.147 no primeiro trimestre de 2010, representando um aumento de 35,50%. Essa variação decorre principalmente do aumento no volume transportado em decorrência da

migração de consumidores cativos para consumidores livres e também da maior atividade industrial em 2011.

Deduções à receita operacional

As deduções à receita operacional foram de R\$1.071.118 no primeiro trimestre de 2011 comparados a R\$1.006.667 no primeiro trimestre de 2010, representando um aumento de 6,40%. As principais variações nas deduções à receita são:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A dedução à receita referente à CCC foi de R\$121.627 no primeiro trimestre de 2011 comparados a R\$85.587 no primeiro trimestre de 2010, representando um aumento de 42,11%. Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL. Esse é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A dedução à receita referente a CDE foi de R\$98.024 no primeiro trimestre de 2011 comparados a R\$85.155 no primeiro trimestre de 2010, representando um aumento de 15,11%. Os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL. Esse é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

As demais deduções à receita com impactos mais relevantes referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento, portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$1.432.133 no primeiro trimestre de 2011 comparados a R\$1.292.012 no primeiro trimestre de 2010, representando um aumento de 10,85%. Este resultado decorre principalmente dos aumentos nos custos com energia comprada para revenda e serviços de terceiros. Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na nota explicativa nº 18 das Informações Trimestrais.

Principais variações:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$757.381 no primeiro trimestre de 2011, comparados a R\$609.107 no primeiro trimestre de 2010, representando um aumento de 24,34%. Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 18 das Informações Trimestrais.

Serviços de terceiros

A despesa com serviços de terceiros foi de R\$145.190 no primeiro trimestre de 2011, comparados a R\$122.311 no primeiro trimestre de 2010, representando um aumento de 18,71%. As principais variações ocorreram nos gastos com comunicação e gastos com ações preventivas com limpeza de faixas e podas de árvores próximas às redes elétricas.

Outras Variações:

Pessoal

A Despesa com Pessoal foi de R\$189.311 no primeiro trimestre de 2011, comparados a R\$197.528 no primeiro trimestre de 2010, representando uma redução de 4,16%. Este resultado decorre, substancialmente, da redução de 7,84% na quantidade de empregados que passou de 7.317 em março de 2010 para 6.743 em março de 2011, compensado parcialmente pelo reajuste salarial médio de 7%, em novembro de 2010, decorrente do Acordo Coletivo 2010/2011.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

A despesa com encargos de uso da rede de transmissão foi de R\$155.246 no primeiro trimestre de 2011, comparados a R\$150.585 no primeiro trimestre de 2010, representando um aumento de 3,10%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL. Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Amortização

A despesa com amortização foi de R\$94.404 no primeiro trimestre de 2011 comparados a R\$93.321 no primeiro trimestre de 2010, representando um aumento de 1,16%. Essa variação decorre do programa de investimentos da Companhia realizado entre os períodos em análise, com a entrada em operação de novos ativos de distribuição.

O detalhamento das despesas constantes dessa rubrica estão demonstrados na Nota Explicativa nº 18 das Informações Trimestrais.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro no primeiro trimestre de 2011 foi uma despesa financeira líquida de R\$73.657, comparada a uma despesa financeira líquida de R\$48.914 no primeiro trimestre de 2010. Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro estão relacionados a seguir:

aumento de 29,29% nos encargos com empréstimos e financiamentos, R\$67.603 no primeiro trimestre de 2011 comparados a R\$52.289 no primeiro trimestre de 2010. Esse resultado decorre principalmente da maior variação do CDI, principal indexador da dívida, no 1º trimestre de 2011 na comparação com o mesmo período de 2010.

- ganho líquido com variação cambial, no primeiro trimestre de 2011, no montante de R\$4.790, comparados a perdas líquidas de R\$5.288 no primeiro trimestre de 2010, advindos basicamente de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, indexados ao dólar norte-americano. Esse resultado decorre principalmente da desvalorização do Real frente ao dólar no primeiro trimestre de 2011 comparada a uma valorização no primeiro trimestre de 2010. O dólar apresentou, no primeiro trimestre de 2011, uma desvalorização de 2,25% frente ao Real, e, no mesmo período de 2010, apresentou uma valorização de 2,29%.
- perda líquida com instrumentos financeiros, no primeiro trimestre de 2011, no montante de R\$9.240, comparados a perda líquida de R\$822 no primeiro trimestre de 2010. Esta variação decorre, principalmente, da variação cambial acima relatada.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 19 das Informações Trimestrais.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Distribuição apurou, no primeiro trimestre de 2011, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$76.292 em relação ao lucro de R\$219.891, antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 34,70%. No primeiro trimestre de 2010, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$123.760 em relação ao lucro de R\$306.095, antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 40,43%. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 6 das Informações Trimestrais.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Conselheiros e Acionistas da
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cemig Distribuição S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA) referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 16 de maio de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6-F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRCMG058176/O-0